

TCU dá aval para concessionária manter Galeão



Caminho aberto. Decisão do TCU permite que uma concessionária desista de devolver um ativo à União. A avaliação da Corte abre espaço para que o governo negocie uma solução para enfrentar a crise no Galeão, que deve receber mais voos a partir de outubro

MANOEL VENTURA,
GLAUCO CALVAGANTE E BRUNO ROSA
em@globo.com.br

TCU abre caminho para Changi permanecer na concessão do Galeão

Corte permite que uma empresa desista de devolver um ativo à União. Operadora diz que seguirá negociando com o governo

O Tribunal de Contas da União (TCU) dispensou o governo federal de licitar o Galeão e autorizou um acordo que abriria caminho para manter a Changi, atual concessionária, no aeroporto.

No ano passado, a Changi havia decidido devolver o aeroporto à União. Ela iniciou um processo de "devolução amigável", no qual solicita ressarcimento pelos investimentos feitos. Neste ano, porém, começou novas conversas com atual governo em busca de um caminho para permanecer na gestão do terminal desde que fossem revistas as condições do contrato. O governo então consultou a Corte para verificar a possibilidade de uma empresa desistir de devolver uma concessão. A Changi, de Singapura, controla o Galeão, que administra o terminal.

A Changi informou que vai seguir com as negociações para permanecer à frente do aeroporto. Em nota, disse que "reafirma seu interesse em buscar uma solução conjunta com o governo federal que permita ao RIO Galeão manter a operação aeroportuária, respeitadas as condições estabelecidas pelo tribunal".

A decisão do TCU tem impacto também sobre outros empreendimentos, como

rodovias que estão com problemas e o aeroporto de Viracopos, em Campinas.

PAGAMENTO DE OUTORGAS

O TCU, porém, listou uma série de condicionantes que devem ser seguidas pela concessionária. Uma das questões centrais é que as multas e outorgas (o que as empresas pagam à União pelo direito de explorar o aeroporto) não pagas poderão ser reduzidas, mas o valor devido não poderá ser alterado. Na prática, é possível fixar novos prazos ou condições.

— A eventual prorrogação de pagamento devido ao poder concedente, caso adotada, deverá seguir critérios fixados por meios normativos legais, que assegurem o restabelecimento integral do pagamento das outorgas vencidas e não pagas — disse o relator do pro-

cesso, ministro Vital do Rêgo.

Segundo ele, a decisão do TCU garante a manutenção da outorga da tarifa básica, mas flexibiliza os investimentos. Multas e outorgas não pagas poderão ser renegociadas, mas não subtraídas das outorgas futuras.

Será necessário ainda que estudos comprovem a vantagem da renegociação do contrato atual para o poder público, no lugar de dar prosseguimento à licitação, um processo que poderia levar de dois a três anos.

— Não é o caso do Galeão apenas. É o caso de Viracopos, de rodovias. A gente vai poder ter soluções — disse o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França. — O instrumento legal para isso, até então, não existia. É mais um avanço para o país, não só em relação ao ocorrido com os aeroportos,

mas também com as rodovias.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, comemorou a decisão do TCU:

— A decisão do TCU é um divisor de águas para concessões no país e uma grande vitória do governo Lula. Destrua investimento, dá segurança e qualifica o serviço público. A expectativa é ampliar o investimento em R\$ 40 bilhões até 2026.

A decisão sobre a Changi é um dos passos cruciais para enfrentar o esvaziamento do Galeão. Autoridades fluminenses têm pedido ao governo uma decisão rápida para lidar com a crise.

Nicola Miccione, secretário da Casa Civil do Estado do Rio, avalia que a decisão é positiva, podendo agilizar a retomada do Galeão ao evitar um processo de licitação que levaria anos:

— É um passo importante porque, se confirmada a permanência da operadora, conjugada com esse anúncio de maior número de voos no Galeão, é o início de um ciclo virtuoso. As medidas definidas pelo governo do estado e pela prefeitura, mais a permanência da RIO Galeão, são um cenário mais positivo que uma nova licitação, com a vinda de um novo operador, processo que levaria anos.

FUNDO PARA AVIAÇÃO

O ponto central dos esforços das autoridades do Rio para reativar o Galeão é que o aeroporto internacional e o Santos Dumont precisam atuar de forma coordenada.

— A possibilidade de resolver o problema por esse caminho (sem a licitação) é positiva e vai contribuir muito com o compromisso firmado pelo presidente Lula de coordenar os aeroportos do Rio — afirma Chicão Bulhões, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico. — Vamos maior segurança para as aéreas e outros atores desse mercado voltarem a investir no Rio e acreditarem na retomada do Galeão.

Nesta semana, a Col anunciou que vai mais que dobrar a oferta de assentos no terminal em novembro. A partir de outubro, haverá restrição gradual de voos no Santos Dumont. Em junho, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, anunciou que o

presidente Lula concordou em restringir a partir de janeiro as rotas no Santos Dumont a São Paulo e Brasília.

A prefeitura vai lançar um fundo de desenvolvimento da aviação, para captar novos voos para o Rio, em parceria com a Invest Rio (agência de fomento do município) e a RIO Galeão. O anúncio deve ser formalizado na próxima semana, durante a visita de Lula ao Rio.

Para Claudio Frischtk, sócio da Inter.B, a mudança de operador no momento seria prejudicial:

— Não faz sentido sofrer com uma descontinuidade. A Changi é um dos maiores operadores mundiais. Teve o choque da pandemia, que reduziu a operação em um momento em que o ativo estava com um tamanho exagerado.

Para Fernando Villela, sócio do VAK Advogados, a decisão permite a desistência da licitação, mas prevê amarras jurídicas e econômicas para o ajuste do contrato.

— A possibilidade de desistir da licitação dos ativos não é uma carta em branco nem para o governo nem para as concessionárias. O que será preciso entender agora é se, com pagamento de outorgas e multas mantidas, a renegociação de como serão pagos esses valores e flexibilização de investimentos serão suficientes para aliviar a pressão sobre o caixa das empresas.

“A gente vai poder ter soluções. (...) É mais um avanço para o país, não só em relação ao ocorrido com os aeroportos, mas também com as rodovias”

— Márcio França, ministro de Portos e Aeroportos

“As medidas definidas pelo governo do estado e pela prefeitura, mais a permanência da RIO Galeão, são um cenário mais positivo que uma nova licitação”

— Nicola Miccione, secretário da Casa Civil do Rio

“Vemos maior segurança para as aéreas e outros atores desse mercado voltarem a investir no Rio e acreditarem na retomada do Galeão”

— Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15